

FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA

Leony Andrade Clemonex

**INCLUSÃO E INTEGRAÇÃO SOCIAL NA APRENDIZAGEM
ESCOLAR**

ANÁPOLIS – GO
2009

LEONY ANDRADE CLEMONEZ

**INCLUSÃO E INTEGRAÇÃO SOCIAL NA APRENDIZAGEM
ESCOLAR**

Trabalho Monográfico apresentado à Faculdade Católica de Anápolis como requisito obrigatório ao Curso de Pós – Graduação em Psicopedagogia, para obtenção do título de Especialista, sob orientação da prof^a Ms Edna S. Faria.

ANÁPOLIS - GO
2009

FOLHA DE APROVAÇÃO

ACADÊMICA: LEONY ANDRADE CLEMONEZ

TÍTULO: INCLUSÃO E INTEGRAÇÃO SOCIAL NA APRENDIZAGEM ESCOLAR

Monografia defendida e aprovada
em _____ de _____ de _____.

Pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Profª Ms Edna S. Faria
(Orientadora)

Joicy Mara Rezende Rolindo
(Examinadora)

Edward M. Luz
(Examinador)

DEDICATÓRIA

A minha mãe, que me deu a
luz e me educou com amor,
dedicação e coragem.
meus filhos, netos, nora
genros. Eles são meu tesoro...
Com carinho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que é a razão da minha existência. O criador e autor da minha fé. E aos meus mestres, colegas que ajudaram e contribuíram pa realização deste curso.

[...] a Educação Especial obedece aos princípios da Educação Geral e deve se iniciar no momento em que se identificam atrasos ou alterações no desenvolvimento global da criança, e continuar ao longo de sua vida, valorizando sua potencialidade e oferecendo todos os meios para desenvolvê-la ao máximo. [...] (MEC/SEESP, 1995).

RESUMO

Procurar-se-á através deste estudo apresentar uma reflexão sobre a importância, as possibilidades e os benefícios da inclusão educacional de alunos com necessidades educacionais especiais e os desafios docentes para que a inclusão se torne possível. O objetivo deste trabalho monográfico é analisar através da literatura o desenvolvimento da educação inclusiva no Brasil, destacando conceitos, características, modalidades de deficiências e as estratégias de ensino a estes alunos. O mesmo tem como justificativa a necessidade de o professor conhecer o processo inclusivo retirando de seu histórico estratégias que favoreçam sua metodologia em sala de aula. A metodologia utilizada neste estudo foi a pesquisa bibliográfica, como instrumento de coleta de dados foi utilizado o fichamento das obras de autores que defendem o processo de inclusão social. O aluno especial em sala regular é um direito adquirido, portanto um dever do Estado, de sua família e da sociedade.

Palavras chave: Educação Inclusiva. Formação de professores. Compromisso.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
CAPÍTULO I – HISTÓRICO DA INCLUSÃO DO ALUNO PORTADOR DE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS.....	10
1.1 Educação Especial- contexto histórico.....	10
CAPÍTULO II – FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL PARA O TRABALHO COM A EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	21
2.1 Formação profissional para educação inclusiva.....	21
CAPÍTULO III – ENSINO ESPECIAL – INCLUSÃO E INTEGRAÇÃO SOCIAL	
3.1 Educação Democrática na escola.....	28
3.2 Integração x inclusão: escola (de qualidade) para todos.....	29
3.3 Modalidades de inserção.....	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	35

INTRODUÇÃO

Compreender e acolher a inclusão de alunos portadores de necessidades de aprendizagens especiais no ensino regular vem ocupando espaço para reflexões por parte de autoridades, gestores e educadores no que se refere aos desafios que demanda este processo educativo como cumprimento de uma Lei Máxima que dá direito a todos os alunos brasileiros serem instruídos em um espaço comum, com educação justa e igualitária, lei esta que está garantida na Constituição Federal brasileira aprovada em 1988.

A educação inclusiva pode ser compreendida como uma oportunidade de o portador de necessidades educacionais especiais tornar-se autônomo em seus atos garantindo o direito de aquisição do conhecimento. Mas na realidade escolar, quando um professor se depara com uma situação para qual não havia se preparado, caso das propostas inclusivas, se vê em situações de grandes impasses, devido a dúvidas sobre as metodologias a serem usadas, a forma como acontecerá a integração do aluno em classe regular, como o professor irá re-organizar o ensino de modo que se alcance o aluno através de suas possibilidades de aprendizagem, como ensinar uma classe variada, com grande número de alunos e também com dificuldades específicas, enfim, torna-se conflitante reconhecer o que é certo ou não na aplicação de uma aprendizagem diferenciada na escola.

O objetivo geral deste trabalho é pesquisar junto à literatura disponível as adequações curriculares necessárias a inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular, em específico, analisar o contexto histórico da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais; verificar através da pesquisa bibliográfica as adaptações curriculares necessárias ao aluno especial quanto a abrangência, flexibilidade, adequação necessárias quanto a estrutura física, bem como conhecer as propostas para a capacitação profissional docente no atendimento a clientela inclusiva.

Constitui-se uma rica oportunidade de compartilhar, conhecimentos, reflexões, experiências, com companheiros que acreditam e atuam na construção de uma escola que considere a inclusão de alunos especiais na edificação da cidadania e de uma sociedade melhor.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, que tem como foco principal analisar o que já foi escrito por autores que buscam compreender o assunto em questão.

O estudo foi dividido em capítulos. No primeiro capítulo, faz-se um retrocesso histórico da inclusão do aluno portador de necessidades educacionais especiais. No segundo aborda-se a formação do profissional ao trabalho com a educação inclusiva e no terceiro e último é realizado uma reflexão sobre a inclusão e a integração social do aluno no contexto escolar.

O bonito da educação é que esta nunca alcança estágio final, pois, é dinâmica, inovadora e deve propor-se a alcançar sempre o que há de melhor em sua comunidade, tornando o processo educativo um caminho de glória para aqueles que buscam com persistência, alcançar a plenitude no processo de aquisição do conhecimento. É nisso que se espelha a educação inclusiva, que busca nas possibilidades a aprendizagem de forma justa e igualitária.

CAPÍTULO I - HISTÓRICO DA INCLUSÃO DO ALUNO PORTADOR DE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

1.1 – Educação Especial – contexto histórico

Todo ser humano é exclusivo, com suas limitações, habilidades, características físicas, intelectuais e de personalidades. Porém, existem indivíduos que possuem características físicas ou intelectuais alteradas tornando sua aprendizagem diferenciada do padrão considerado normal pela maioria da população da qual faz parte.

Pessotti (1986, apud LIMA, 2006) diz que a Antiguidade Clássica adotou ideal de perfeição e foi extremamente rigorosa com as pessoas que nasciam com alguma deficiência física.

O que se percebe na história da inclusão é que as pessoas que eram portadoras de anomalias físicas ou psicológicas eram eliminadas, ou seja, matavam-se as crianças nascidas apresentando defeitos físicos ou mentais, como ocorre hoje em algumas tribos indígenas. Na prática de atos tão bizarros, acreditam estar fazendo correto, defendendo crenças e costumes.

Já na Idade Média, a deficiência era vista como maldição, castigo ou o indivíduo era considerado portador de doenças contagiosas. O nazismo ficou marcado pela eliminação em massa de pessoas deficientes, recomeçando o processo de destruição de seres humanos, acreditando na existência de uma raça superior.

Ferreira (1995) afirma que no final do século XIX e início do século XX, com o movimento eugênico – purificação da raça com reprodução somente entre os mais bonitos, habilidosos, no meio de outras características consideradas superiores aos demais -, que dominou os Estados Unidos e parte da Europa, supunham-se a transmissão hereditária da deficiência mental e outras características socialmente indesejáveis. Nesse contexto, surgiram medidas como esterilização e a institucionalização, onde se mantinha os deficientes físicos trancados ou eram exterminados. Um dos argumentos para a eugenia era de que os locais onde se

reuniam pessoas de classe sociais menos favorecidas ou até mesmo as instituições que mantinham os portadores de necessidades especiais, por exemplo, tinham sua origem marcada por pessoas menos inteligentes e deixariam de existir se este grupo não se propagasse.

Ao longo da história é possível perceber que as pessoas que nasciam com características consideradas anormais, eram tratadas com desrespeito sendo às vezes até excluídas do convívio familiar.

Ferreira (1995, p. 20) acrescenta que,

As últimas décadas do século XIX mostraram alterações substantivas nas características das instituições. São dessa época a descrença na recuperação, a ênfase no trabalho mais para ajudar as instituições do que os indivíduos e a ampliação física das instalações. Muda também a população atendida: saem os grupos economicamente favorecidos, que esperavam a cura, e entram os pobres, os delinquentes, os culturalmente diferentes e os deficientes mais graves, da cura para a custódia, da assistência para a violência.

Conforme o autor, os fatos ocorridos aos considerados “anormais” na sociedade do século XIX, de exclusão familiar se dava ao fato de serem considerados estorvos das famílias e da sociedade. Desse modo, instituições asilares eram criadas para excluir os portadores anomalias físicas ou mentais do convívio social. Assumia-se a proteção da sociedade contra os desviantes, através de instituições segregadas, independentemente da forma ou grau de desvio.

As últimas décadas do século XIX mostraram grandes alterações nas características das instituições asilares, são dessa época a descrença na recuperação, a ênfase no trabalho mais para ajudar as instituições do que os indivíduos e a ampliação física das instalações.

De acordo com o contexto histórico descrito por Ferreira (1995), com o passar do tempo mudou-se a clientela atendida nas instituições asilares: saíram os grupos economicamente favorecidos, que esperavam a cura, e entram os pobres, os delinquentes, os culturalmente diferentes e os deficientes mais graves, da cura para a custódia, da assistência para a violência. Antes não eram aceitos nas instituições, mendigos que não tinham como manter-se sem ajuda.

A interação social do portador de necessidades educacionais especiais tem apresentado muitas mudanças no decorrer da história, sendo que antes eram considerados seres inferiores e incapazes de viverem em sociedade, sem direitos e deveres.

Segundo Bueno (2003), nas sociedades ocidentais a educação de pessoas com necessidades especiais contou com o apoio do movimento popular que reivindicou acesso e participação do povo na direção do país, originando a democracia republicana nos padrões franceses, dando origem à Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Buscava-se uma escola igualitária, permitindo o acesso de todos os alunos de todas as classes sociais. Escola universal, independentemente da origem social de seus alunos. A Educação Especial surge, pois, como parte de uma proposta de educação a toda sociedade, que denunciava a discriminação e a exclusão social.

Bueno (1993) explica ainda que, no Brasil, o desenvolvimento histórico da educação especial tem início no século XIX, quando os serviços dedicados a esse segmento social, inspirados por experiências norte-americanas e européias, foram trazidos por alguns brasileiros que se dispunham a organizar e a implementar ações isoladas e particulares para atender pessoas que apresentassem qualquer tipo de necessidade, física, mental ou sensorial.

Nesse sentido, Ferreira (1995, p. 13) diz que,

a excepcionalidade é uma e são várias. Ao longo da história, nas diferentes organizações sociais, mesmo num dado momento em dada cultura, há grande variação nos critérios qualitativos (tipo de características) e quantitativos (grau de diferença) que definem o indivíduo como excepcional; como alguém que se distancia dos padrões de "normalidade" a ponto de requerer ou justificar cuidados especiais.

Conforme explica o autor, as iniciativas do cuidado aos portadores de necessidades especiais não estavam integradas às políticas públicas de educação e foi preciso o passar de um século, aproximadamente, para que a educação especial passasse a ser uma das componentes do sistema educacional brasileiro.

Foi no início dos anos de 1960 que a educação especial de ensino foi instituída oficialmente, com a denominação de educação dos excepcionais.

Destacam-se a existência de várias categorias de necessidades na educação especial, conforme Mendonça (2004, p. 09), são elas: dependentes, treináveis, educáveis, deficiência mental e auditiva.

Os dependentes são aqueles atendidos em clínicas e possuem ausência quase total da linguagem, incapacidade de adquirir hábitos higiênicos, necessidade de assistência contínua no vestir, comer, incapacidade de se defender do perigo e

ajustar-se ao meio social, retardo reconhecido desde os primeiros anos de vida, não responde aos estímulos do meio em que vive e também possui independente da idade cronológica, idade mental inferior a 3 ou 4 anos.

Existem também os treináveis que freqüentam escolas especiais, que possuem capacidade de defender-se dos perigos, capacidade de adquirir hábitos rotineiros de higiene, conseguem realizar pequenos trabalhos caseiros, possuem aprendizagem da partilha e respeito pelos colegas, limitações na aprendizagem da escrita, leitura e aritmética, possuem atraso no andar e falar e o retardo mental.

Os que frequentam classes especiais:

Limitações de aprendizagem espontânea.
 Dificuldade de compreensão e de manter atenção dirigida.
 Habilidade de adaptação pessoal e social.
 Possibilidade de apresentar comportamento de agressividade, desvalorização, frustração, teimosia, falta de discernimento.
 Capacidade de aprendizagem, com limitação, da leitura, escrita e aritmética.
 Necessidade de experiências concretas, pois falta aptidão para trabalhar com abstração.
 Vocabulário suficiente para a vida diária.
 Atraso mental só verificado na idade escolar.
 Comumente o crescimento físico é normal.
 Atingem, na fase adulta, uma idade de desenvolvimento mental entre 7 e 12 anos. (MENDONÇA, 2004, p.11)

Quanto à deficiência mental, é caracterizada por funcionamento intelectual geral significativamente abaixo da média e se origina no período de desenvolvimento.

Em alguns aspectos, como comunicação, cuidados pessoais, habilidades sociais, desempenho na família e comunidade, independência na locomoção, cuidados com a saúde e a segurança, desempenho escolar, lazer e trabalho, há dificuldade do indivíduo em responder adequadamente às demandas da sociedade. (FERREIRA, 1995)

Porém, enquanto educadores, não é cabível supor que seja impossível que um aluno com déficit mental tenha condições de aprender e a ocupar-se de si mesmas. Felizmente muitas crianças com distúrbios mentais podem aprender muitas coisas, chegando à vida adulta de maneira quase que independente.

A deficiência auditiva, com base na classificação do Bureau *Internacional d'Audiophonologie Biap*¹, considera surdez leve - apresentação de perda auditiva

¹ O Bureau International d'Audiophonologie (BIAP) é formado por representantes de empresas, nacionais ou regionais das comissões de Audiofonia, delegados e associações profissionais

situada até 40 decibéis, que impede que a criança perceba; Surdez Média - Apresentação de perda auditiva entre 40 e 70 decibéis.

Identifica as palavras mais significativas, tendo dificuldade de compreender certos termos de relação e/ou frases gramaticais complexas. Surdez Severa - Apresentação de perda auditiva entre 70 e 90 decibéis. Permite apenas que identifique alguns ruídos familiares. surdez profunda - apresentação de perda auditiva acima de 90 decibéis. A criança é privada das informações auditivas necessárias para receber e identificar a voz humana, impedindo que adquira a linguagem oral. (MENDONÇA, 2004, p. 11).

É importante observar que na deficiência da audição, as alternativas de atendimento estão intimamente relacionadas às condições individuais do indivíduo. Afinal, quanto maior a perda auditiva maiores serão os problemas educacionais e maior será o tempo que no caso da educação formal o aluno precisará de atendimento especializado que garanta sua aprendizagem.

Conforme Mazzota (1996), a educação especial foi assumida pelo poder público em 1957 com a criação das "Campanhas", que eram destinadas especificamente para atender a cada uma das deficiências apresentadas nos alunos nas escolas. Nesse mesmo ano, instituiu-se a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro - CESB, seguida da instalação do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, em funcionamento, no Rio de Janeiro. Outras Campanhas similares foram criadas posteriormente, para atender a outras deficiências.

Um marco na educação especial no Brasil foi a contribuição de Helena Antipoff, pesquisadora e educadora russa que, através de seus estudos, contribuiu de forma significativa para a educação de crianças especiais, com base nos experimentos de Jean Piaget, pesquisador da inteligência humana. Helena Antipoff, organizou o Instituto Pestalozzi de Minas Gerais, dentre as múltiplas propostas vinculadas na reforma mineira do ensino, estava a formação das professoras das escolas públicas em psicologia da criança e nos novos métodos divulgados pelo movimento da Escola Nova em suas várias concepções, que estava em voga na Europa e nos Estados Unidos da América. O objetivo da iniciativa era educar e reeducar crianças que não tinham famílias e as excepcionais que não conseguiam acompanhar o ensino regular. (LOURENÇO, 2000 apud DOMINGOS, 2005).

São estas contribuições significativas que tornam a luta pela educação igualitária e democrática no Brasil, tornando os alunos portadores de necessidades educacionais especiais iguais e fortes em busca do aprender.

Na luta pelo direito a educação, nasce a Associação de Pais e Amigos de excepcionais (APAE), através da união de familiares, que buscaram auxílio de amigos, professores e médicos de seus filhos. Este movimento foi liderado por Beatrice Bemini, mãe de uma portadora de síndrome de Down, que com força e coragem, fundou em 11 de janeiro de 1954 a primeira APAE no Brasil. (FEDERAÇÃO NACIONAL DE APAE'S, 2008).

O nascimento desta instituição que começou a cuidar da educação das crianças especiais através da união de familiares demonstra que somente com o apoio mútuo e constante se torna possível romper barreiras e limites em benefício da aprendizagem.

Nessa proposta de união pelo excepcional, Mantoan (1998) afirma que foram muitos os políticos, educadores, pais, personalidades brasileiras que se uniram em prol da educação de pessoas com deficiência e que protagonizaram a história dessa modalidade de ensino.

Com a luta em favor do direito de estudar, surge a união em favor dos serviços comunitários destinados às crianças e uma ênfase maior no papel da educação, tendo em vista um maior desenvolvimento dos processos cognitivo, afetivo e social dos alunos, bem como serviço de proteção à infância, privilegiando as necessidades comuns a todas as crianças.

A proposta inclusiva na educação sugere que haja uma re-significação da sociedade e na escola que são oferecidas ao aluno brasileiro. Neste repensar o desafio é tornar a escola que se tem em um local de convívio das diferenças, apresentando iguais possibilidades de acesso as crianças em geral.

Em 1972 foi constituído pelo Ministério de Educação e Cultura - MEC² o Grupo- Tarefa de Educação Especial e juntamente com o especialista James Gallagher, que veio ao Brasil a convite desse Grupo, foi apresentada a primeira proposta de estruturação da educação especial brasileira, tendo sido criado um órgão central para geri-la, sediado no próprio Ministério e denominado Centro

²MEC- Ministério da Educação e Cultura é um órgão do governo que cuida dos assuntos relativos ao ensino público.

Nacional de Educação Especial – CENESP³ - apresentaram propostas para a integração do aluno no ensino regular, bem como cuidados com a saúde do educando (MENDES, 1995).

O CENESP, após mudanças burocráticas, atualmente, é a Secretaria de Educação Especial - SEESP, que manteve basicamente as mesmas competências e estrutura organizacional de seu antecessor, no MEC.

A partir da última década de 80 e início dos anos 90 as pessoas com deficiência, através Organização das Nações Unidas (ONU) com a declaração do ano de 1981 como o “Ano Internacional das Pessoas Deficientes” , se organizaram e participam de comissões, coordenações, fóruns e movimentos, visando assegurar de alguma forma os direitos que conquistaram, tais como, serem reconhecidos e respeitados em suas necessidades básicas de convívio com as demais pessoas.

Em 1989, foi criada a Coordenadoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), junto ao Gabinete Civil da Previdência da República, visando coordenar os “assuntos, atividades e medidas que se refiram às pessoas portadoras de deficiências”. (FERREIRA, 1995, p. 39).

No Brasil, verifica-se através da história da educação que houve necessidade de intervenção do governo Federal garantindo que todas as crianças tivessem acesso ao conhecimento formal.

Lima (2006) pondera que, no Brasil foram coletados dados alarmantes que se constituem em elementos de fundamental importância para a compreensão do surgimento da proposta de inclusão, dentre eles, a) fracasso escolar, a evasão e a repetência, especialmente das crianças pobres; (b) o aumento da demanda pela criação de classes e escolas especiais, sobretudo na década de 1980.

Diante dos problemas apresentados, observa-se a preocupação em dar prioridade a qualidade do ensino regular brasileiro, tendo em vista ser um desafio que precisava ser assumido por todos os educadores e familiares. Um compromisso inadiável das escolas, pois a educação básica é um dos fatores do desenvolvimento econômico e social. Trata-se de uma tarefa possível de ser realizada, porém, depende da participação da sociedade.

Assim, é possível verificar que na pesquisa de Lima (2006) os resultados obtidos propiciaram propostas de reformulação dos sistemas de ensino. As demandas dos movimentos sociais confluíram para a elaboração de uma

³ CENESP – órgão destinado a integração do aluno com necessidades educacionais especiais no ensino regular.

Constituição Federal que incorporasse os anseios que se desenvolviam em relação a educação de qualidade a todos os brasileiros.

Mantoan (1998) aponta que na educação escolar, a inclusão veio revolucionar o sistema organizacional e as propostas curriculares vigentes. O objetivo é prevalecer de verdade, o direito à educação, prescrito em nossa Constituição de 1988. Assim, a meta da inclusão escolar é transformar as escolas, de modo que se tornem espaços de formação e de ensino de qualidade para todos os alunos e não apenas para os que têm uma deficiência. A inclusão implica em mudanças de atitudes, posturas, de conceitos e posições, que fogem às regras tradicionais do jogo educacional, ainda fortemente calcados na linearidade do pensamento da transmissão dos conteúdos curriculares tradicionais. Porém, neste contexto é preciso compreender a inclusão escolar.

É importante frisar que para muitos, falar de inclusão na escola é ampliar os problemas que nela já existem, na medida em que "alunos-problema" entrarão em salas de aulas dos considerados normais; para outros, é uma proposta inviável por se sentirem incapacitados de atuar com alunos especiais.

O que se percebe nos desabafos de muitos docentes é o medo de não saberem lidar com a novidade, de não alcançarem os objetivos de sua profissão ou até mesmo medo dos desafios.

Sasaki (2003) coloca que, apesar de tema constante na educação brasileira sobre inclusão ainda carece de alguns esclarecimentos, principalmente quando a confusão persiste entre os professores pouco informados sobre o assunto ou entre os "estudiosos" e pesquisadores que jamais ousaram entrar numa aula para experimentar e conhecer as possibilidades efetivas da inclusão.

Portanto, inclusão é um termo que exige uma explicitação clara de seu significado, o uso desse conceito é cada vez mais freqüente e diferenciado de acordo com o contexto, que se faz necessário verificar a partir de que enfoque está sendo utilizada a expressão.

A sociedade se depara com várias carências que costumam colocar distantes os portadores de necessidades especiais impedindo-os de ocuparem o espaço das pessoas consideradas normais, seja carências estruturais, funcionais ou até mesmo de pessoas com carinho e respeito pelas diferenças.

Segundo Araújo (1998, p. 89):

a inclusão é o resultado da soma de oportunidades bem sucedidas que são possibilitadas a qualquer cidadão e não somente dos decretos, sem

oportunizar o real acesso às oportunidades e aos meios para superar os desafios que promovam o seu desenvolvimento.

As ações que ocorrem em cada momento histórico se refletem nos processos educacionais e, por isso, uma escola inclusiva será o reflexo de uma sociedade inclusiva. Cuidar, integrar, reconhecer, relacionar-se com pessoas com necessidades especiais era tarefa restrita à família ou às instituições dedicadas ao problema, mas agora esse papel é também das escolas. Assim, a inclusão social implica no ingresso do aluno com necessidades especiais na escola regular, implica justiça social, garantir o direito de todos à educação.

Quando se pensa em inclusão é possível se deparar com uma inovação que de alguma forma mexe com as propostas pedagógicas de ensino e com uma sociedade democrática que se permite que apareçam o ser diferente. A inclusão somente acontecerá quando existir mudanças na forma de tratar e educar as pessoas, respeitando-lhes as peculiaridades.

A atual Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20-12-1996, trata, especificamente, no Capítulo V, da Educação Especial. Define-a por modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para pessoas com necessidades educacionais especiais (BRASIL, LDB, 1996).

A lei que preconiza a LDB/9394 visa atender todos os níveis de ensino, da educação infantil ao ensino superior. Essa modalidade de educação é considerada como um conjunto de recursos educacionais e de estratégias de apoio que estejam à disposição de todos os alunos, oferecendo diferentes alternativas de atendimento.

A educação inclusiva implica um processo contínuo de melhoria da escola, com o fim de utilizar todos os recursos disponíveis, especialmente os recursos humanos, para promover a participação e a aprendizagem de todos os alunos no seio de uma comunidade local. É uma proposta inovadora que objetiva remover as barreiras da exclusão social.

A Declaração de Salamanca⁴ sustenta:

as escolas regulares com uma orientação inclusiva são o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras,

4 A Declaração de Salamanca (Salamanca - 1994) trata dos Princípios, Política e Prática em Educação Especial. Trata-se de uma resolução das Nações Unidas adotada em Assembléia Geral, a qual apresenta os Procedimentos-padrões das Nações Unidas para a Equalização de Oportunidades para Pessoas Portadoras de Deficiências.

de edificar uma sociedade inclusiva e de conseguir educação para todos. Além disso, proporcionam uma educação adequada à maioria das crianças e promovem a eficiência, numa ótima relação custo-qualidade, de todo o sistema educativo (UNESCO, 1994, p. 1).

O princípio da normalização diz respeito a uma colocação seletiva do indivíduo portador de necessidade especial na classe comum. Nesse caso, o professor de classe comum não recebe um suporte do professor da área de educação especial. Os estudantes do processo de normalização precisam demonstrar que são capazes de permanecer na classe comum.

O processo de inclusão se refere a um processo educacional que visa estender ao máximo a capacidade da criança portadora de deficiência na escola e na classe regular. Envolve fornecer o suporte de serviços da área de Educação Especial através dos seus profissionais. A inclusão é um processo constante que precisa ser continuamente revisto (FERREIRA; GUIMARÃES, 2003).

O especial da educação compreende com a inclusão de todos os alunos às escolas de seu bairro, como cita Salamanca, e que ultrapassa o âmbito dos alunos com deficiência, englobando-os no todo. O especial da educação não é requerido apenas para a inserção de alunos com deficiência, mas para que possa reverter uma situação de evasão escolar de uma parte significativa dos alunos, isto é, este especial qualifica as escolas que são capazes de incluir os alunos excluídos, indistintamente, descentrando os problemas relativos à inserção total dos alunos com deficiência e focando o que realmente produz essa situação lamentável de nossas escolas.

Afinal, o objetivo das políticas voltadas para a educação, visando à inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais para atender aos dispositivos legais é, segundo Mittler (2003), garantir o acesso e a participação de todos em todas as possibilidades de oportunidades oferecidas pela escola e impedir a segregação e o isolamento.

É certo que os portadores de necessidades educacionais especiais constituem uma grande preocupação para os educadores inclusivos, mas todos sabem, a maioria dos alunos que fracassam na escola são crianças que não vêm do ensino especial, mas que possivelmente acabarão nele. Pensar, decidir e trabalhar em favor da inclusão é detonar por essa tão óbvia concepção uma revolução no ensino regular. Para tanto, demanda de maior qualificação docente para o ensino

especial, de modo que a aquisição eficaz do conhecimento seja uma realidade nas escolas brasileiras.

CAPÍTULO II – FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL PARA O TRABALHO COM A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

2.1 Formação profissional para a educação inclusiva

Toda criança precisa da escola para aprender e não para separá-las em classes especiais e atendimentos à parte. A trajetória escolar não pode ser comparada a atitudes ameaçadoras e excludentes, e sim, sistemas organizacionais de ensino que garantam o crescimento do cidadão e a autonomia no desempenho de suas atividades.

Nesse contexto de busca pela igualdade social, a escola é o local onde esse processo de integração acontece. A educação das pessoas com necessidades educacionais permite aos professores reverem a sua própria formação, os seus referenciais teórico-metodológicos, incentivando-os, face ao enfrentamento da diversidade social e das diferenças de seus alunos, “buscar uma formação continuada e, acima de tudo, uma transformação da cultura pedagógica” (FREITAS, 2006, p.40).

A inclusão social dos alunos com necessidades especiais em escolas regulares é um direito que os mesmos possuem, é responsabilidade e dever do governo cumprir essa lei. Assim, a escola ocupa um lugar de destaque nesta caminhada rumo a educação inclusiva, quando todos procuram de forma integrada promover uma educação de qualidade a toda clientela que ocupa seu espaço educativo.

Segundo Stainback (2006, p. 9) o professor sempre foi visto como a fonte e o distribuidor do conhecimento [...], mas na educação inclusiva todos são responsáveis pelo bom desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

O diretor das escolas, o governo e os coordenadores de educação especial são, cada um de sua maneira, responsáveis por assegurar aos alunos acesso ao currículo global e a todas as possibilidades de experiências oferecidas pelas escolas.

Entretanto, o que se vê na escola atual, é que a inclusão exige mais do que isso; pois, não é suficiente para os alunos serem apoiados para terem acesso ao que está disponível nas escolas. A essência da inclusão é que deve haver uma investigação sobre o que está disponível para assegurar aquilo que é relevante e acessível a qualquer aluno na escola.

As mudanças exigidas pelas reformas educacionais incidem na formação dos profissionais da educação. Aprender a aprender e continuar aprendendo durante toda a vida profissional, é uma competência exigida não só para os alunos da educação básica, mas para todos os profissionais que estão inseridos no mundo do trabalho.

Nesse sentido, as exigências sobre o professor são grandes, pois, só ensina quem sabe ou procura saber para então, passar esse conhecimento, e o professor precisa estar constantemente atualizando seus saberes.

Para Libâneo:

A formação continuada é o prolongamento da formação inicial visando ao aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto de trabalho e ao desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional. (LIBÂNEO, 2004, p. 227)

O termo formação continuada vem acompanhado de outro, a formação inicial. A formação inicial refere-se ao ensino de conhecimentos teóricos e práticos destinados à formação profissional, completados por estágios.

Para aqueles que compreendem, e reduzem a educação à formação intelectual, e concebem esta como o domínio do conjunto de conhecimentos, relativo a uma área, trata-se de estar sempre a atualizar os sujeitos, informando-os sobre os novos descobrimentos da ciência e suas conseqüências para a ação no mundo do trabalho (COLLARES, MOYSES, GERALDI, 1999), é preciso adjetivar como continuado um processo educacional é já admitir uma certa concepção de educação.

No caso dos professores, no seu mundo de trabalho, a formação continuada é aquela que aproxima constantemente os conhecimentos apreendidos, na formação inicial ou ao longo do exercício profissional, às experiências e saberes construídos na prática pedagógica.

A formação continuada é aquela que ocorre ao longo da vida do professor. Essa formação pode acontecer mediante diversas situações do cotidiano que apresente aprendizagens para o exercício profissional docente, porém faz-se necessário compreender que, tratando-se de uma profissão caracterizada pelo trabalho acadêmico a formação continuada precisa estar estabelecida por atividades devidamente preparadas para concretizar a construção, socialização e confronto de conhecimentos, de tal forma que os docentes como cidadãos e como professores possam avançar continuamente em seu caminho de desenvolvimento profissional. (LIBÂNEO, 2004, p.59).

No processo de ensino/aprendizagem para a educação especial, o professor deve estar preparado para ajudar a construir o elo entre o que o aluno precisa saber para aprender e o que o aluno já sabe. Neste processo será ele o mediador do conhecimento, fazendo com que o aluno construa seu próprio saber.

Faz-se necessário portanto, que o professor esteja capacitado para lidar com todas as situações que surgirem e a formação continuada é o caminho para o desenvolvimento das atividades que promovam o aprimoramento profissional.

No Brasil, a formação continuada teve início na década de setenta e através deste movimento foi gerada uma renovação pedagógica na formação do professor, tendo em vista sua participação em órgãos colegiados. Porém, foi na década de noventa que ela começou a expandir-se através de cursos de curta ou longa duração, seminários e outras modalidades. (FALSARELLA, 2005)

Dentre as exigências do novo conceito de educação, observa-se que a formação continuada ou em serviço são formas determinadas e organizadas de crescimento profissional, oferecidas aos professores através de cursos, seminários, palestras, oficinas, estágios etc. São propostas voltadas para a qualificação do professor, tendo como meta a melhoria de sua prática docente.

A formação de docente para a educação especial é de extrema importância para que o professor se sinta seguro em transmitir conhecimentos aos clientes especiais na escola regular. A formação continuada é uma oportunidade de o professor estar sempre ampliando seus conhecimentos e práticas educativas.

A formação continuada no Brasil já recebeu muitos nomes: reciclagem, capacitação, treinamento, formação em serviço, por exemplo, mas a questão central permanece a mesma: a formação docente - inicial e continuada - precisa ser enfrentada em termos da geração de políticas públicas, da constituição de uma cultura valorizadora da formação, da construção de atitudes, nos vários níveis da estrutura educacional, de valorização desse aprimoramento profissional. (NOGUEIRA; OLIVEIRA, 2005, p. 3)

Os autores Nogueira e Oliveira (2005) dizem ainda que a formação docente inicial passou por três momentos históricos distintos. O primeiro, centrado no ensino, destacava apenas os conteúdos da formação, aliando-se à forma tradicional de compreender a Educação de forma geral. O segundo, centrado na aprendizagem, buscava conhecer os mecanismos que o homem utiliza para construir conceitos e trouxe uma acentuada preocupação com a didática. O terceiro

tem como centro a formação, o alcance das melhores possibilidades de atuação profissional, mas sem perder de vista o saber docente, o prazer e o significado contidos na aprendizagem

O professor deverá, segundo Libâneo (2004), ter uma formação permanente, que se prolonga por toda a vida, e isso se torna crucial numa profissão que lida com a transmissão e internalização de saberes e com a formação humana, numa época em que se renovam os currículos, introduzem-se novas tecnologias, acentuam-se os problemas sociais e econômicos, modificam-se os modos de viver e de aprender, reconhece-se a diversidade social e cultural dos alunos.

As escolas têm por dever e por direito dos cidadãos, receber e preparar todas as crianças e adolescentes independentemente das características de cada um, inclusive os alunos que possuem alguma deficiência seja ela qual for.

Articular as temáticas educação e inclusão torna-se uma tarefa necessária, quando a sociedade e o sistema escolar buscam meios de garantir a todos, o cumprimento dos seus direitos e deveres previstos constitucionalmente, dentre estes, a almejada educação de qualidade. Neste enfoque, a reflexão acerca da prática educativa é imprescindível, face aos desafios com os quais convive a educação brasileira, diante da necessidade da escola “buscar atender as necessidades educacionais especiais de seus alunos” (FREITAS, 2006, p.38).

Não só a escola, a sociedade como um todo deve estar aberta e se adaptar para a inclusão social. Não basta ser uma sociedade aberta e acessível a todos os grupos, também uma sociedade que encoraja a participação e aprecia a diversidade e as experiências humanas.

A escola deve vencer as barreiras que impedem os alunos especiais a frequentarem as aulas, proporcionando acesso todos com eliminação de barreiras arquitetônicas, adaptando os banheiros, construindo rampas de acesso, atitudinais mostrando que o aluno deficiente, tem possibilidade de aprendizagem, podem vencer suas limitações enfim, adequando o currículo, capacitando os docentes para atuarem de forma satisfatória em todo processo. (FERREIRA 1995).

Faz-se necessário também mudar o modelo de educação, transformando a maneira de encarar o mundo, modificando o olhar dos limites impostos em olhar de conquistas e possibilidades de sucessos.

O que se percebe em referência à inclusão social na escola regular é que o Brasil ainda caminha devagar, pois o maior problema é que as escolas não

cumprem a lei de terem atendimento especializado para que não seja necessário substituir o ensino regular por instituições especializadas; já que o Brasil está tentando um processo de conscientização que alunos diferentes não precisam de escolas diferentes e sim adaptadas.

Assim, a escola além das adaptações físicas necessárias para atender o aluno inclusivo, precisa também oferecer atendimento educacional especializado paralelamente às aulas regulares, como por exemplo: uma pessoa cega assiste às aulas com os colegas que enxerga, e depois pode treinar mobilidade, locomoção e braile que é um método de leitura através do tato, para ajudar na adaptação e integração dentro e fora da escola.

É preciso mudar a escola e mais precisamente o ensino nela ministrado. A escola aberta para todos é o grande problema da educação. Mudar a escola é enfrentar uma tarefa que exige trabalho.

As escolas devem agir urgentemente:

Colocando a aprendizagem como eixo das escolas, porque escola foi feita para fazer com que todos obtenham crescimento pessoal. Garantindo tempo para que todos possam aprender. Abrindo espaço para que a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico sejam exercitados por todos os integrantes da escola. Estimulando, formando continuamente e valorizando o professor que é responsável pela tarefa fundamental da escola. Estratégias pedagógicas que possibilitem a construção coletiva do conhecimento (CARVALHO; NEGRETTO, 2002 p. 50).

Percebe-se que a primeira ação para organização da escola inclusiva é trabalhar com autonomia de forma participativa, conhecendo sua clientela, promovendo a restauração da auto-estima, valorizando o esforço e o interesse do aluno, tornando-o um membro que execute tarefas, que o faça sentir útil.

Quanto à capacitação docente, é importante observar que os mesmos têm direito a capacitação profissional, uma vez que com a inclusão estarão recebendo alunos com várias necessidades específicas como a Paralisia Cerebral, Distúrbios Abrangentes de Desenvolvimento e Deficiência Mental, surdez, cegueira, entre outros.

Portanto, para que ocorra a verdadeira inclusão social na escola, a capacitação dos professores é necessária a presença de toda a equipe pedagógica e educacional da escola, das famílias de todos os alunos (que têm necessidades especiais ou não), e de uma equipe de apoio presente e estruturada respondendo

cada um com sua contribuição para que estes alunos tenham oportunidades iguais.

Há um número cada vez maior de alunos com necessidades especiais nas escolas regulares. Para esses indivíduos é necessário um trabalho pedagógico diferenciado, não com a idéia de “suprir carências”, porém, um trabalho que envolva a população “diferente” como é posta pela sociedade, assim a escola se tornará verdadeiramente democrática e sem preconceito.

Compreende-se ainda que a função da educação, numa sociedade democrática, é criar condições para que todos os alunos desenvolvam suas capacidades, respeitando as diferenças preparando-os para o exercício da cidadania. Isso implica em uma política educacional que inclua efetivamente no sistema de ensino. Nesse sentido, já é consenso que um dos desafios para a garantia de qualidade de ensino e da aprendizagem é a existência de uma política de formação de professores (CARVALHO; NEGRETTO, 2002, p 56).

Na maioria das escolas brasileiras, os professores são resistentes às inovações como a da inclusão nas escolas regulares. Muitos acreditam que realmente a escola e educação são para todos, porém, muitos buscam refúgio no que chamam de “impossível” tendo como justificativas o grande número de alunos em salas de aula que não os comportam e as circunstâncias em que se trabalha hoje em dia nas escolas, principalmente nas redes públicas de ensino.

Muitos professores têm “medo” do ensino inclusivo, por acharem que as inovações podem romper o esquema de trabalho prático que aprenderam a aplicar; o que na verdade é simplesmente uma questão de adaptação a uma nova situação e novos alunos. Os professores, como qualquer ser humano, precisa adaptar-se com as pessoas “especiais” e conhecer que eles são referência para o aluno não apenas como um mero instrutor, mas na formação de atitudes e valores do futuro cidadão. (CARVALHO; NEGRETTO 2002, p. 55).

Para que haja sucesso da inclusão nas escolas regulares é preciso que o professor aprenda a lidar com a prática inclusiva, por isso é muito importante o investimento contínuo na formação continuada de profissionais qualificados para o aperfeiçoamento de conhecimentos pedagógicos.

As sugestões de aspectos que o professor pode trabalhar com a inclusão em salas de aula de ensino regular, dadas por Carvalho e Negretto, são as que se seguem:

- Incentivar o aluno para restaurar a confiança em si próprio.
- Ressaltar os acertos, ainda que pequenos.
- Valorizar o esforço e o interesse do aluno.
- Atribuí-lo a tarefas que possam fazê-lo se sentir útil.
- Dar instruções e orientações curtas para evitar confusão de idéias.
- Evitar exercícios repetitivos e numerosos, pois isso não diminui a dificuldade.
- Ajudar a diminuir o medo de cometer erros.
- Tornar a escola em um ambiente acolhedor e agradável.
- Ajudar na integração com os colegas. (CARVALHO; NEGRETTO, 2002, p. 55)

Dessa forma o professor tem que tentar ser um agente de mudança com uma enorme responsabilidade social, a de participar decisivamente do processo de inclusão buscando sempre ser capaz de achar alternativas e recursos para atender às necessidades de seus alunos.

Stainback (2006, p. 5) afirma que as mudanças estão acontecendo a cada dia e o professor já não é mais visto como fonte e distribuidor de conhecimentos, seu papel tradicional mudou, hoje, ele deve ser visto como um profissional que se preocupa com o sucesso de seu aluno, principalmente em sala de aulas inclusivas, onde muitas vezes aprende mais que seus alunos, são lições de vida, que demonstram força de vontade e determinação na interação do processo de ensino/aprendizagem.

Transformar, inovar, desenvolver, construir são ações desafiadoras, porém devem ser concretizadas pelo profissional competente de seu papel na sociedade. O professor amplia a noção de aula a uma comunhão de saberes.

Compreendeu-se que existe um processo ao qual é constituído de agentes: professor / aluno. Cada um desses agentes aporta elementos valiosos ao programa e contribui para que este perdure e seja conciso ao longo do prazo. Libâneo (2004) observa que desde o ingresso do aluno no curso, nas universidades, é necessário integrar os conteúdos das disciplinas em situações de prática que coloquem problemas aos novos professores e lhes permita experimentar soluções com ajuda da teoria. Sendo um professor reflexivo, este consegue gerenciar a práxis naturalmente, sem que isto lhe pese como um trabalho árduo.

Refletindo sobre um novo professor ou ressignificá-lo na sua formação docente, a partir de inovações relativizando e mobilizando saberes, através de um questionamento constante sobre e na prática pedagógica, surge a construção e reconstrução da identidade do professor.

A formação de professores deve possibilitar ao docente um pensamento autônomo, numa perspectiva crítico/reflexiva que promova o desenvolvimento pessoal, profissional e organizacional, tornando-o capaz de promover a auto-reflexão. "A educação só cumpre seus deveres para com os alunos e para com a sociedade se for baseada na experiência." Dewey (1933), e, ainda com o mesmo autor, não importa se a educação é "progressista", "nova" ou "tradicional"; o que realmente importa é desenvolver uma educação voltada para o avanço e melhoria constante. É nesse sentido que melhor se enquadra o papel do professor reflexivo, pois ele despertará nos alunos, práticas e pensamentos inovadores.

CAPÍTULO III – ENSINO ESPECIAL – INCLUSÃO E INTEGRAÇÃO SOCIAL

A inclusão é uma inovação, cujo sentido tem sido muito distorcido e um movimento muito polemizado pelos mais diferentes segmentos educacionais e sociais. No entanto, inserir alunos com déficits de toda ordem, permanentes ou temporários, mais graves ou menos severos no ensino regular nada mais é do que garantir o direito de todos à educação (FERREIRA; GUIMARÃES 2003).

Inovar é preciso, porém demanda tempo e dedicação. As grandes inovações estão muitas vezes na concretização do que está diante dos olhos das pessoas, do simples, do que é possível fazer, mas que precisa ser desvelado, para que possa ser compreendido por todos e aceito sem resistências. Na inclusão social na escola não é diferente, é preciso que pequenos passos sejam dados em busca da aceitação, da resposta positiva, do recomeço na aprendizagem igualitária.

De acordo com Lima (2006) apesar dos avanços de ideários e de projetos políticos pedagógicos, muitas instituições de ensino ainda não implementaram ações que favoreçam a formação de seus professores para trabalharem a inclusão.

Porém, a inclusão é um assunto que vem sendo discutido incansavelmente atualmente na área educacional e faz parte da tentativa de adequar a escola às necessidades de uma sociedade exigente no que se refere à igualdade de oportunidades, e veloz em umas mudanças e inovações.

3.1 Educação democrática na escola

O princípio democrático da educação para todos só se evidencia nos sistemas educacionais que se especializam em todos os alunos, não apenas em alguns deles, como por exemplo, os alunos com deficiência. A inclusão, como consequência de um ensino de qualidade para todos provoca e exige da escola brasileira novos posicionamentos e é um motivo a mais para que o ensino se modernize e para que os professores aperfeiçoem as suas práticas (MANTOAN, 1998).

São mudanças que implicam num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais da maioria das escolas brasileiras, que precisam estruturar seus espaços físicos, curricular e pedagógico.

O motivo que sustenta a luta pela inclusão como uma nova perspectiva para as pessoas com deficiência é, sem dúvida, a qualidade de ensino nas escolas públicas e privadas, de modo que se tornem aptas para responder às necessidades de cada um de seus alunos, conforme suas especificidades, sem se sentirem excluídos (FERREIRA; GUIMARAES, 2003).

Conforme os autores é preciso que as instituições escolares com seus professores, tenham consciência de que a aprendizagem ocorre de forma diferente em cada aluno, cada deficiência requer estratégias e metodologias específicas e diversificadas.

O sucesso da inclusão de alunos com deficiência na escola regular decorre, portanto, das possibilidades de se conseguir progressos significativos desses alunos na escolaridade, por meio da adequação das práticas pedagógicas à diversidade dos aprendizes. E só se consegue atingir esse sucesso, quando a escola regular assumir que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam em grande parte do modo como o ensino é ministrado, a aprendizagem é concebida e avaliada. Pois não apenas as deficientes que são excluídas, mas também as que são pobres, as que não vão às aulas porque trabalham, as que pertencem a grupos discriminados, as que de tanto repetir desistiram de estudar.

3.2 Integração x inclusão: Escola (de qualidade) para todos

Sabe-se que a situação atual do atendimento às necessidades escolares da criança brasileira é responsável pelos índices assustadores de repetência e evasão escolar. Entretanto, no imaginário social, como na cultura escolar, a incompetência de certos alunos - os pobres e os deficientes - para enfrentar as exigências da escolaridade regular é uma crença que aparece na simplicidade das afirmações do senso comum e até mesmo em certos argumentos e interpretações teóricas sobre o tema (WEIZ, 2000).

O fracasso escolar está intimamente ligado as deficiências que ocorrem na aprendizagem. Os alunos devem ser observados com interesse e dedicação. o

professor precisa ter em mente que todos tem direito de aprender, assim, precisam rever conceitos e práticas para tornar esta aprendizagem efetiva.

Por outro lado, já se conhece o efeito solicitador do meio escolar regular no desenvolvimento de pessoas com deficiências (MANTOAN, 1998) e é mesmo um lugar comum afirmar-se que é preciso respeitar os educandos em sua individualidade, para não se condenar uma parte deles ao fracasso e às categorias especiais de ensino. Ainda assim, é ousado para muitos, ou melhor, para a maioria das pessoas, a idéia de que os humanos, são seres únicos, singulares e que é injusto e inadequado ser categorizados de “diferentes”.

A educação inclusiva tem-se revelado uma proposta inovadora que tem como objetivo remover todos os modelos de barreiras da exclusão social. Acredita-se que o aprimoramento da qualidade do ensino regular e a adição de princípios educacionais válidos para todos os alunos, resultarão naturalmente na inclusão escolar dos alunos com necessidades especiais.

Em conseqüência, a educação especial adquirirá uma nova significação. Tornar-se-á uma modalidade de ensino destinada não apenas a um grupo exclusivo de alunos, o dos deficientes, mas especializada no aluno e dedicada à pesquisa e ao desenvolvimento de novas maneiras de se ensinar, adequadas à heterogeneidade dos aprendizes e compatível com os ideais democráticos de uma educação para todos.

Nessa perspectiva, os desafios que a escola tem a enfrentar são inúmeros e toda e qualquer investida no sentido de se ministrar um ensino especializado no aluno depende de se ultrapassar as condições atuais de estruturação do ensino escolar para deficientes. Em outras palavras, depende da fusão do ensino regular com o especial.

Fundir significa incorporar elementos distintos para se criar uma nova estrutura, na qual desaparecem os elementos iniciais, tal qual eles são originariamente. Assim, instalar uma classe especial em uma escola regular nada mais é do que uma justaposição de recursos, assim como o são outros, que se dispõem do mesmo (FERREIRA; GUIMARÃES, 2003).

Alguns obstáculos à consecução de um ensino especializado no aluno, implica adequação de novos conhecimentos oriundos das investigações atuais em educação de outras ciências às salas de aula, às intervenções tipicamente escolares, que têm uma vocação institucional específica de sistematizar os conhecimentos acadêmicos, as disciplinas curriculares.

Conforme Ferreira e Guimarães (2003) nem sempre os estudos e as comprovações científicas são diretamente aplicáveis à realidade escolar e as implicações pedagógicas que se pode retirar de um novo conhecimento também precisam de ser testadas, para confirmar sua eficácia no domínio do ensino escolar.

Houve-se falar em dois termos para a aceitação o aluno especial na escola regular - integração e inclusão - embora tenham significados semelhantes, estão sendo empregados para expressar situações de inserção diferentes e têm por detrás posicionamentos divergentes para a consecução de suas metas.

A noção de integração tem sido compreendida de diversas maneiras, quando aplicada à escola. Os diversos significados que lhe são atribuídos devem-se ao uso do termo para expressar fins diferentes, sejam eles pedagógicos, sociais ou filosóficos (LIMA, 2006).

O emprego do vocábulo integração é encontrado até mesmo para designar alunos agrupados em escolas especiais para deficientes, ou mesmo em classes especiais, grupos de lazer, residências para deficientes. Por tratar-se de um constructo histórico recente, que data dos anos 60, a integração sofreu a influência dos movimentos que caracterizaram e reconsideraram outras idéias, como as de escola, sociedade, educação. O número crescente de estudos referentes à integração escolar e o emprego generalizado do termo têm levado a muita confusão a respeito das idéias que cada caso encerra.

Diante deste fato, o que se percebe é que a noção de base em matéria de integração é o principio de normalização, que não sendo específico da vida escolar surge, atinge o conjunto de manifestações e atividades humanas e todas as etapas da vida das pessoas, sejam elas afetadas ou não por uma incapacidade, dificuldade ou inadaptção. (FERREIRA;GUIMARÃES, 2003).

O diálogo entre a família e a escola são extremamente importante para uma escola integrada e inclusiva, principalmente quando as responsabilidades são divididas entre os pares educativos tornando as limitações como incapacidades, dificuldades ou falta de adaptação escolar fatores que poderão ser superados com perseverança e busca pela presença da criança especial na escola.

3.3 Modalidades de inserção

O processo de integração se traduz por uma estrutura intitulada sistema de cascata, que deve favorecer o "ambiente o menos restritivo possível", dando oportunidade ao aluno, em todas as etapas da integração, transitar no "sistema", da classe regular ao ensino especial. Trata-se de uma concepção de integração parcial, porque a cascata prevê serviços segregados que não ensejam o alcance dos objetivos da normalização. (MANTOAN, 1998)

Para a autora, a noção de inclusão não é incompatível com a de integração, porém institui a inserção de uma forma mais radical, completa e sistemática. O conceito se refere à vida social e educativa e todos os alunos devem ser incluídos nas escolas regulares e não somente colocados na "corrente principal".

Compreende-se assim, que o vocábulo integração é abandonado, uma vez que o objetivo é incluir um aluno ou um grupo de alunos que já foram anteriormente excluídos a meta primordial da inclusão é a de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo. As escolas inclusivas propõem um modo de se constituir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades.

Entende-se que a integração diz respeito ao ato de se compartilhar um espaço restrito como a sala de aula, enquanto inclusão tem um sentido mais amplo, mais abrangente, como o princípio de fazer parte da sociedade humana.

A inclusão do aluno na escola regular causa mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apóia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral (FERREIRA; GUIMARÃES, 2003).

Compreende-se assim, que a integração escolar deve ser vista pela família, escola e sociedade como a capacidade de entender e conhecer o aluno especial, conviver e compartilhar com suas limitações com respeito e consciência de ser humano único e exclusivo que tem garantido pela lei sua permanência na escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendeu-se que a escola inclusiva é aquela que não faz acepção de pessoas, está sempre pronta para receber todos os alunos, sem levar em conta suas diferenças e limitações, mas antes, porém, respeitando-as favorecendo a integração não somente no ambiente educativo, como também em todo ambiente social.

Ficou claro nesta pesquisa a necessidade de ampliação de recursos físicos, materiais e pedagógico para a efetivação de um processo escolar inclusivo de qualidade. Tornando também obrigatória a busca pela excelência quanto ao desenvolvimento de novas atitudes, formas de interação na escola, exigindo mudanças no relacionamento pessoal e social da comunidade escolar e na maneira de se efetivar os processos de ensino e aprendizagem

Nesse contexto, a formação continuada do professor que atua na escola inclusiva, bem como todo o pessoal envolvido com a educação é de fundamental importância para o bom resultado do processo. A assistência às famílias também é necessária para que haja maior interação entre família-escola, que o aluno especial tenha vontade de aprender e goste de estar no ambiente escolar e sinta em casa.

A ausência de informação e diálogo da família, da escola com criança, gera um dos maiores agravantes na educação inclusiva que é o preconceito, gerando a exclusão social dos indivíduos portadores de necessidades especiais.

O paradigma da Inclusão reconhece em primeiro lugar a especificidade do sujeito e não a sua carência. Além disso, ele dá um passo a mais ao perceber que não se encontra no sujeito os rumos do seu processo de desenvolvimento, mas no contexto social onde ele é colocado.

Os autores pesquisados foram unânimes em afirmar que a inclusão é possível, porém, não é fácil. Necessita de compromisso com o próximo e respeito às diferenças. É devido a tudo isto que os partidários da inclusão crêem que é preciso garantir, desde o início, os mesmos direitos de entrada aos portadores de necessidades especiais do que aqueles obtidos pelos alunos normais. Quanto mais cedo ele tiver acesso às mesmas chances que os demais, melhor.

Enfim, a inclusão (na sociedade, no trabalho, no lazer, nos serviços de saúde etc.) significa que a sociedade deve adaptar-se às necessidades da pessoa com distúrbio de qualquer natureza, para que esta possa desenvolver-se em todos os aspectos de sua vida, de forma integrada e inovadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, P. F. **Desporto Adaptado no Brasil**: Origem, institucionalização e atualidade. Ministério da Educação e do Desporto (INDESP). Brasília, 1998.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BUENO, J.G.S. Educação inclusiva e escolarização dos surdos. **Revista integração**, Brasília: MEC/SEESP, ano 13, n. 23, 1993.

CARVALHO, M.; NEGRETTO, L. **Construindo o processo da inclusão**. Goiânia: 2002.

COLLARES, C. A. L.; MOYSÉS, M. A. A. ; GERALDI, J. W. Educação Continuada: A política da descontinuidade. **Revista Educação & Sociedade**, Ano XX, nº 68. Dezembro/1999.

DEWEY, J. (1933). **How WeThink. New York**: D. C. Heath. Versão em português. Como pensamos. Tradução Haydée de Camargo São Paulo: companhia, 1959.

DOMINGOS, M.A. **A escola como espaço de inclusão**: sentidos e significados produzidos por alunos e professores no cotidiano de uma escola do sistema regular de ensino a partir da inclusão de alunos portadores de necessidades educacionais especiais. Belo Horizonte: 2005. Dissertação de mestrado. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Educacao_Domingos. Acesso em 02 mar 2009.

FALSARELLA. A. M. Professor? Professores.... **Rev. Presença pedagógica**. v. 11, n. 66, nov/dez, 2005.

FREITAS, S. N. Uma escola para todos: reflexões sobre a prática educativa. In: **Inclusão-Revista da Educação especial** – ano 2, n. 03, dezembro, 2006.

FERREIRA, M. E. C.; GUIMARÃES, M. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FERREIRA, J. R. **A exclusão da diferença**: a educação do portador de deficiência. 3 ed, Piracicaba: UNIMEP, 1995.

LIMA, P.A. **Educação Inclusiva e igualdade Social**. São Paulo: Avercamp, 2006.

LIBÂNEO, J.C. ORGANIZAÇÃO E Gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: alternativa, 2004.

MENDES, E.G. **A Educação Inclusiva e a Universidade Brasileira**. Disponível em <http://www.ines.org.br/paginas/revista/espaco18/Debate01.pdf>. Acessado em 29 de março de 2009.

NOGUEIRA, M. L. L.; OLIVEIRA, S. G. **Formando professores a distância – uma experiência do estado do Rio de Janeiro.** Disponível em: <http://www.pucsp.br/tead/n2/pdf/artigo8.pdf> acesso em 31 mar 2009

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil.** História e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

MANTOAN, M.T.E. **Compreendendo a deficiência mental:** novos caminhos educacionais. São Paulo: Editora Scipione., 1998.

MENDONÇA, F. Escola Inclusiva: todos têm direito. **Revista Construirnotícia.** Ano 3, n. 16 Maio/Junho, 2004.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva:** contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

PESSOTTI, Isaías. **Aqueles cães malditos de Arquelau.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo uma reflexão sobre a prática.** 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SASSAKI, R. K. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. 5. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

STAINBACK, S. **Inclusão:** um guia para educadores. Porto Alegre: Arte Médica Editora, 2006.

UNESCO. DECLARAÇÃO de Salamanca. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.** Disponível em: www.educabrasil.com.br/eb/dic/: acesso em 15 de marco de 2009.

WEISZ, T. A culpa pelo fracasso não é do aluno. In. **Revista Nova Escola.** Ano XV, n. 129 jan/fev., 2000.

